

A história do Anuário da Justiça, contada por ele mesmo

16/06/2026

Reportagem publicada no **Anuário da Justiça Brasil — Especial 20 anos, lançado na última semana, no STF. A versão impressa está à venda na [Livraria ConJur](#) (clique aqui). Acesse a versão digital pelo site do **Anuário da Justiça** (anuario.conjur.com.br).*

No décimo ano de sua existência, a **ConJur** se materializou em papel e nasceu o **Anuário da Justiça**. Já com a revista eletrônica (www.conjur.com.br) consolidada como o mais importante veículo de comunicação especializado em informação jurídica na internet, seus idealizadores entenderam que era a hora de trazer a experiência para o mundo físico.

A ideia era fazer numa revista impressa anualmente o que o site fazia digitalmente em tempo real. Ou seja, contar de forma resumida e organizada tudo que acontecia nos tribunais e varas do país ao longo de um ano. Além de trazer a público a informação produzida e circulante no Judiciário, como o site já fazia, o *Anuário* se dispôs a revelar os meandros do sistema de Justiça.

Essa jornada deu a oportunidade de testemunhar e acompanhar dois fenômenos que marcaram a vida do Judiciário nesses 20 anos. Uma foi a implosão da bolha que mantinha ministros, desembargadores e juízes em total isolamento em relação à sociedade. Ao publicar dados da biografia, a própria fotografia e trechos das sentenças que produziam, o *Anuário* revelou um mundo que causou surpresas até mesmo entre os integrantes das cortes.



Capa do Anuário da Justiça Brasil 2026

U. Dettmar/SCO/STF



Lançamento do primeiro Anuário da Justiça Brasil, em 29 de agosto de 2007: Ellen Gracie (ao centro) é a presidente do STF; Dias Toffoli (primeiro à esquerda) é o chefe da AGU

Se está claro que a redemocratização consubstanciada na Constituição de 1988 tirou o Judiciário do gueto a que foi relegado nos tempos sombrios da ditadura militar, é verdade também que só depois de decorrido um largo tempo o sistema de Justiça conseguiu se inserir com transparência na sociedade. O *Anuário* acompanhou e colaborou nesta construção.

Outro fenômeno que o *Anuário* pôde registrar em suas páginas foi a lenta, gradual e segura evolução tecnológica e gerencial do Judiciário. Em sua primeira edição, de 2007, reportagem sobre o Supremo Tribunal Federal dizia, com certa vaidade, que nas sessões do plenário, sobre a mesa de alguns ministros, podiam ser vistos computadores ligados à internet. A partir da epidemia de covid-19, em 2020, a própria sessão do plenário passou a ocorrer parcial ou totalmente pela internet.

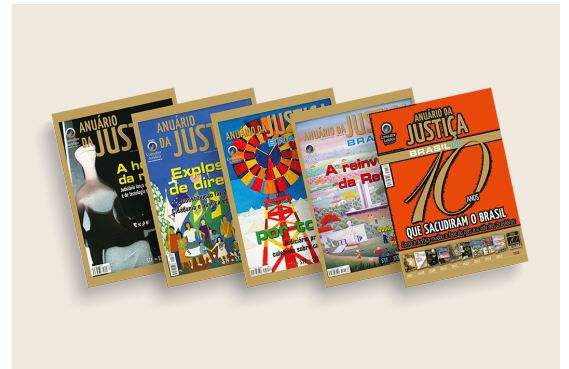
O primeiro *Anuário* foi lançado em 29 de agosto de 2007, reportando os acontecimentos do ano-base de 2006. O evento atraiu à sede do Supremo Tribunal Federal representantes dos três poderes e a nata da comunidade jurídica.

A **ConJur** assim noticiou o fato: “O Supremo Tribunal Federal abriu suas portas, no início da noite da quarta-feira (29/8), para o lançamento do **Anuário da Justiça 2007**”, produzido pela revista eletrônica Consultor Jurídico com apoio da Fundação Armando Alvares Penteado (Faap). Cerca de 300 pessoas se reuniram no Anexo II do Supremo para o evento.



O texto dava, ainda, a receita da obra: “O *Anuário* é o mais completo levantamento da geografia física e humana dos mais importantes tribunais do país — Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral e Superior Tribunal Militar. A publicação traz também retrospectos das atividades da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da República.”

Não foi a mais linda das produções da **ConJur**. Afinal, tratava-se de uma publicação única, sem modelo para ser imitado ou copiado. Mas teve o privilégio de plantar a ideia de que haveria de se aperfeiçoar, crescer e multiplicar.



Em 2009, foi publicado o primeiro **Anuário da Justiça São Paulo**. Este sim, foi um parto difícil: se o **Anuário Brasil** fazia a fotografia de 92 ministros do Supremo e das cortes superiores, a versão paulista enfrentou o desafio de retratar com imagem e texto 360 desembargadores e mais de 80 juízes de segundo grau que atuam no Tribunal de Justiça de São Paulo. Desembargadores, velhos de casa, surpreenderam-se com o que foi revelado. “Tem colega aqui que só vim a conhecer agora, pela fotografia”, comentavam, referindo-se a colegas que trabalhavam em suas casas no interior e mal compareciam à sede do tribunal (naquele tempo não havia sessão telepresencial, diga-se de passagem).

Nelson Jr./SCO/STF



Anuário 2009 (3ª edição), dia 6 de maio: Gilmar Mendes é o presidente do STF

Mas o problema maior não foi enfrentar o monstro gigantesco, e sim penetrar em suas entranhas e expô-las publicamente. Fiando-se em suas supostas raízes quatrocentonas, o TJ-SP era então uma autêntica torre de marfim, praticamente impenetrável para o público leigo. Resumindo o caso, o presidente do tribunal na ocasião, Roberto Vallim Belocchi, baixou portaria recomendando os desembargadores da casa a não receber e não conceder entrevista aos repórteres do *Anuário*. Como ele recomendou e não proibiu, a publicação acabou saindo com a colaboração de boa parte dos magistrados da casa. E, firme e forte, atingiu a sua 14ª edição em 2025.

Em seguida, vieram edições dedicadas à Justiça dos principais estados da União: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, com periodicidade variável. Na sequência chegaram o **Anuário da Justiça Federal** e o da **Justiça do Trabalho**. E surgiu o **Justice Yearbook**, a versão em inglês do **Anuário Brasil**.

Ao longo do tempo, foram sendo publicadas edições com foco nas instituições que interagem com a Justiça. Assim, saiu o **Anuário da Advocacia Pública**, do **Ministério Público** e, mais recentemente, o **Anuário do Executivo**.

Em outra vertente do mesmo filão de difusão de conhecimento jurídico, produziram-se ainda duas publicações com foco temático: o **Anuário da Saúde Suplementar** e o **Anuário do Direito Empresarial**.



Nelson Jr./SCO/STF



Anuário 2011 (5ª edição), dia 31 de março: Cezar Peluso é o presidente do STF

São já 86 exemplares de 13 diferentes linhagens, sem contar alguns filhos únicos, que vão, devagar e quase sempre, compondo a história do Judiciário Brasileiro. E que história. Na festa de lançamento do primeiro *Anuário*, o discurso de saudação da nova publicação foi feito pela presidente do Supremo, ministra Ellen Gracie. Dos dez ministros que marcaram presença no evento, apenas dois ainda estão na ativa: Gilmar Mendes e Cármen Lúcia.

Dias Toffoli compareceu como advogado-geral da União. Carlos Alberto Direito também marcou presença e recebeu os cumprimentos por sua indicação para ocupar uma cadeira no Supremo que acontecera naquele mesmo dia. Roberto Barroso era então um conceituado advogado, especialista em defender causas de caráter humanitário. Os ministros Celso de Mello e Marco Aurélio, recentemente aposentados, além de Gilmar Mendes, receberam uma citação especial e os agradecimentos pela consultoria informal e os ensinamentos para a construção do *Anuário*.

Uma das atrações jurídicas em voga na época e retratada pelo primeiro *Anuário* era o dano moral que ganhou projeção ao ser incluído de forma explícita no Código Civil de 2002. Mas nos jornais o grande assunto do momento era a Ação Penal 470, conhecida como processo do mensalão. O *Anuário* prestava uma discreta homenagem ao relator da ação no Supremo, Joaquim Barbosa, tornado uma celebridade por isso: “O juiz do Mensalão”, foi o título de seu perfil.



Referindo-se ao caso, o *Anuário* escreveu em suas páginas: “Depois de vaiar o governo petista até a rouquidão, a população o reconduziu para mais um mandato. Um mistério que só sociólogos — ou psicólogos, talvez — poderão explicar.” Não explicaram então e nem explicaram em 2022.

Gil Ferreira/ STF



Anuário 2016: com Ricardo Lewandowski na Presidência, a celebração da 10ª edição

Desde então, tanto a **ConJur** como o *Anuário* acompanharam os grandes escândalos da política nacional com um viés técnico e jurídico, diferenciando o tom de sua cobertura da gritaria e do espetáculo que marcou politicamente as reportagens da grande mídia. Isto ficou mais claro do que nunca na cobertura dos processos resultantes de duas operações da Polícia Federal: a satiagraha, a partir de 2008, e a “lava jato”, depois de 2014.

Em ambos, enquanto a imprensa babava pela punição dos acusados, a **ConJur** e o *Anuário* se empenhavam em mostrar as falcatuas cometidas por acusadores e julgadores. Estavam do lado certo. Que o digam o ex-delegado da Polícia Federal Protógenes Queiroz, encarregado das investigações da satiagraha, e o ex-juiz federal Sergio Moro, que julgou algumas das ações da “lava jato”.

Sem foco em *hard news*, coisa que a **ConJur** aborda com propriedade e oportunidade, o *Anuário da Justiça* sempre buscou saber o que cada decisão diz sobre quem a proferiu — uma forma de conhecer o pensamento e as tendências dos julgadores e de proporcionar previsibilidade ao sistema de Justiça — um tijolinho modesto na construção da tão almejada segurança jurídica.

Reprodução/TV ConJur



Anuário 2020 (14ª edição): em plena pandemia, com Dias Toffoli na Presidência, o lançamento é virtual ([clique aqui para assistir](#))

O *Anuário* de 2007, por exemplo, informava que Gilmar Mendes, em suas decisões, tinha tendência de ser mais favorável ao Fisco do que ao contribuinte, à empresa do que ao consumidor e que era garantista em matéria penal. Um perfil que repete nessa edição de 2026. Diz também que ele acompanhou a maioria em 95% das votações e que deu o voto condutor em 21% delas.

Com o tempo, o *Anuário* passou a perseguir os números do Judiciário, tão escassos em seus primeiros anos de vida e ainda mais caóticos do que o necessário para cumprir sua missão de informar a tomada de decisões gerenciais no setor. Naquela primeira edição, praticamente não havia números sobre a movimentação processual.

O Conselho Nacional de Justiça havia iniciado em 2004 a publicação do *Justiça em Números*, um amplo levantamento estatístico da movimentação processual, orçamentária e de recursos humanos do Judiciário. Inédito, o estudo despertou desconfiança e contrariedade entre os

próprios juízes, mas acabou se impondo e impondo a necessidade do autoconhecimento como ferramenta estratégica de gerenciamento. Grato pelo presente, o *Anuário* passou a se valer mais dessa preciosa fonte de informação.

Assim, pôde registrar a persistente redução do acervo de processos em tramitação no Supremo Tribunal Federal que baixou de 150 mil processos em 2006 para pouco mais de 20 mil em 2025. Da mesma forma captou o processo de informatização do processo judicial, que passou de 0% em 2007 para 100% em 2022.



Sem similares em seu formato, a ideia do *Anuário da Justiça* foi concebida pelo jornalista Márcio Chaer, o diretor e criador da *ConJur*. A execução do projeto ficou a cargo do jornalista Mauricio Cardoso. O projeto gráfico foi assinado e desenvolvido pela diretora de arte Luciana Huber. Também atuante desde o primeiro número, Lilian Matsuura, atual editora-chefe, aderiu à obra ainda nos tempos em que ele era feito pela equipe de jornalistas da **ConJur**. O que durou até 2013, quando passou a contar com equipe própria. A primeira edição foi feita por 21 profissionais de imprensa, que contaram com a colaboração de inúmeros profissionais da área do Direito e da Justiça, combinando a arte da comunicação e o notório saber para prestar a melhor informação jurídica.

E não existiria *Anuário da Justiça* sem o suporte de patrocinadores e o apoio de instituições como a Faap, presente desde o número 1, há 20 anos.

Clique aqui e assista à cerimônia de lançamento do Anuário da Justiça Brasil 2026:

ANUÁRIO DA JUSTIÇA BRASIL 2026

EDIÇÃO 20 ANOS

ISSN: 2179981-4

Número de páginas: 272

Versão impressa: R\$ 50, à venda na [Livraria ConJur](#) ([clique aqui para garantir o seu exemplar](#))

)

Versão digital: Gratuita, disponível no site do [Anuário da Justiça \(anuario.conjur.com.br\)](http://anuario.conjur.com.br)

Apoiou esta edição

FAAP — Fundação Armando Alvares Penteado

Anunciaram nesta edição

Abradee — Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica

Advocacia Fernanda Hernandez

Arruda Alvim & Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica

Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia

Basilio Advogados

Bermudes Advogados

Bialski Advogados

Bottini & Tamasauskas Advogados

Bradesco S.A.

Cecilia Mello Advogados

Cesa — Centro de Estudos das Sociedades de Advogados

Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

David Rechulski Advogados

Décio Freire Advogados

Diamantino Advogados

Dias de Souza Advogados

D'Urso & Borges Advogados Associados

Febraban — Federação Brasileira dos Bancos

Fidalgo Advogados

Gomes Coelho & Bordin Sociedades de Advogados

Guimarães Bastos Advogados

Hasson Sayeg

Novaes e Venturole Advogados

Heleno Torres Advogados

JBS S.A.

Leite, Tosto e Barros Advogados

Lucon Advogados

Machado Meyer Advogados

Marcus Vinicius Furtado Coêlho Advocacia

Maria Fernanda Vilela & Advogados

Mauler Advogados

Milaré Advogados

Moraes Pitombo Advogados

Mubarak Advogados

Multiplan

Nelio Machado Advogados

Ordem dos Advogados do Brasil – São Paulo

Pardo Advogados

Saldanha, Palheiro & Costa Sociedade de Advogados



Salomão Advogados
SOB — Sacramone, Orleans e Bragança Advogados
Warde Advogados

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2026-jun-16/a-historia-do-anuario-da-justica-contada-por-ele-mesmo/>